

O PROCESSO ELEITORAL DE 1994, NO ESPÍRITO SANTO: O CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA POLÍTICA E O FENÔMENO CABO CAMATA (PSD) VERSUS VITOR BUAIZ (PT) ⁱ.

Ueber José de Oliveiraⁱⁱ

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo eleitoral ocorrido no Espírito Santo, no ano de 1994, marcado pela disputa entre os candidatos Cabo Camata (PSD) e Vitor Buaiz (PT). Aventa-se a idéia de que as campanhas dialogam com o eleitorado com o objetivo de persuadi-lo a, simultaneamente, escolher determinado candidato e rejeitar os concorrentes-adversários. Nesse sentido, a explicação de um resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

Palavras-Chaves: Partido Político; Campanhas Eleitorais e Política.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the electoral process in Espírito Santo occurred in 1994, where the competition between Cabo Camata (PSB) and Vitor Buaiz (PT) stood out itself. It is enunciated the idea that the campaigns dialog with the electorate in order to persuade it and simultaneously, choose determined candidate and reject the rival adversaries. In this sense, the explanation of an electoral result passes, necessarily, through the analysis of the discussion that the campaigns strike up among themselves.

Key-Words: Parties Politic, Electoral campaigns and politic.

INTRODUÇÃO

Segundo o cientista político Pedro José Floriano Ribeiro, à proporção que as sociedades ocidentais convertem-se em midiáticas, que os meios de comunicação e, em especial a televisão, passa a representar a arena mais importante da disputa política, a tendência é prevalecer aquilo que se convencionou chamar de formas modernizadas de campanha eleitoral (RIBEIRO, 2004). Nelas, “contrata-se um batalhão de profissionais, muito além de publicitários: relações públicas, especialistas em pesquisas de opinião, demógrafos, preparadores de terrenoⁱⁱⁱ, coletores de fundos, estatísticos, cientistas políticos, sociólogos, especialistas em informática, dentre outros” (RIBEIRO, 2004, p. 39). A utilização em larga escala desses profissionais relegou a segundo plano os militantes e quadros partidários e voluntários. Esse é mais um entre os fatores que contribuiu para o enfraquecimento dos partidos.

As técnicas de marketing mais utilizadas por publicitários e sua agências tornaram as campanhas eleitorais baseadas muito mais na emoção do que na argumentação crítico-racional como forma de convencimento do eleitorado. Em geral, o que ocorre é a adaptação do perfil e do discurso dos candidatos ao *cenário de representação da política*, que, segundo Jorge Almeida (2001, p. 10), seria “o cenário simbólico no qual a disputa política se desenvolve”, isto é,

[...] atitudes, intenções, fatos já acontecidos (por exemplo, a pesquisa de boca de urna que capta o voto já dado pelo eleitor), audiência e frequência da mídia, imagem de políticos, popularidade de líderes, interesses, comportamentos, questões morais e éticas, boatos, emoções, medos, rejeições, simpatias, antipatias, gostos e outras preferências ou rejeições subjetivas de difícil definição.

Tudo isso é captado pelas pesquisas de opinião^{iv}, que são consideradas fundamentais numa campanha eleitoral modernizada, uma vez que são elas que fornecem esse conjunto de informações que permitem desenvolver, manter ou alterar ações e estratégias de marketing.

Uma vez constatado o *cenário de representação da política*, os profissionais da área de marketing eleitoral passam então a elaborar a estratégia de uma determinada campanha. Isso, segundo Carlos Manhanelli (1988), se dá partir de três leis básicas que explicam o comportamento típico dos eleitores:

- A) **Lei da indiferença:** refere-se àqueles eleitores que estão indecisos e que se mostram indiferentes, ou seja, que não notam e/ou não fazem força para notar o que se passa a seu redor;
- B) **Lei da procrastinação:** diz respeito à grande maioria dos eleitores, que deixam para decidir em quem votar nos últimos momentos antes do pleito eleitoral;

C) Lei da efemeridade: afirma que, durante as campanhas eleitorais, as pesquisas demonstram a existência de oscilações da opinião do eleitorado, mostrando a mudança da intenção de voto. Qualquer acontecimento, fala ou ação do candidato pode influir na decisão final.

De fato, nota-se com muita frequência o grande crescimento da instabilidade e volatilidade eleitoral nas eleições, a partir dos anos 1980, tornando-se constantes os comportamentos mudancistas e contraditórios do ponto de vista de uma lógica política. Tais comportamentos são relativos a eleitores que mudavam o voto de uma direção para outra, eleitores que mudavam a intenção de voto durante a campanha e, principalmente, nos últimos dias, ou ainda àqueles que, numa mesma ocasião eleitoral, escolhessem para os cargos em disputa candidatos cujos partidos e propostas eram totalmente diferentes, configurando o chamado *voto frankenstein*, que combina escolhas politicamente díspares. Nesse novo momento eleitoral, os eleitores fazem suas escolhas pautados não em aspectos de identificação partidária, inserção socioeconômica e/ou em critérios ideológicos, mas em função de elementos pontuais, relativos às imagens dos candidatos, em função das qualidades pessoais dos mesmos.

A vitória de Collor, em 1989, é exemplar nesse sentido. Tratava-se de um candidato relativamente desconhecido, que conseguiu, durante a campanha, conquistar a simpatia e a preferência dos eleitores, a partir das características simbólicas exibidas na campanha. Igualmente ocorreu bom exemplo no pleito de 1994, quando a imagem do Fernando Henrique Cardoso foi fortemente associada ao sucesso do Plano Real. Além disso, associou-se (até hoje isso tem alguma importância) Fernando Henrique aos atributos de uma pessoa culta, falante de vários idiomas, madura, experiente. Ou, ainda, no caso da vitória de Albuíno Azeredo para governador, em 1990, a primeira grande campanha modernizada do Espírito Santo.

A partir dessas e de outras várias constatações, pode-se considerar que a construção da imagem tem-se mostrado fundamental nos juízos sobre política e nas decisões eleitorais. O campo político vem integrado à esfera da comunicação, entendida como sugeriu Antônio Albino Canelas Rubim (RUBIM, 2000, p. 73),

[...] a um universo que reúne os meios em suas diversas modalidades (jornais, revistas, rádios, televisão, cinemas, redes de informática, etc.); organizações derivadas (assessorias de imprensa e de marketing, agências de relações públicas, publicidade e propaganda, institutos de sondagem e opinião), além de profissionais da comunicação, linguagens próprias com o objetivo de dar visibilidade à sociedade, em seu conjunto, valores específicos e a visibilidade como seu princípio de legitimidade.

Constituídos nessa perspectiva, tais campos, sempre integrados no contexto societário, adquirem e desenvolvem poderes, modelados em diferenciadas modalidades de realização.

Partindo dessas considerações, o objetivo deste artigo é analisar o processo eleitoral ocorrido no Estado do Espírito Santo, no ano de 1994. Trata-se de uma eleição majoritária realizada segundo legislação vigente, bem como em circunstâncias conjunturais próprias.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro itens além desta introdução. Em primeiro lugar, serão analisados os momentos iniciais do pleito de 1994, apontando para o cenário de representação da política surgido naquela eleição e a estratégia utilizada pelo candidato Cabo Camata (PSD) para surpreender nas pesquisas, dando ênfase às formas não muito convencionais e extremamente controversas de o mesmo fazer política. Pretende-se, também, analisar de que forma esse comportamento contribuiu para que se tornasse um fenômeno eleitoral. Para atingir este propósito, não dispensaremos uma rápida incursão por aspectos biográficos do candidato. Em seguida, na segunda parte do trabalho, será a vez de fazermos o mesmo com o candidato Vitor Buaiz do PT. Neste tópico, observaremos alguns elementos da rica biografia do pleiteante petista, e uma análise, mesmo que panorâmica, das suas propostas de governo e das principais estratégias utilizadas para derrotar o seu principal oponente no decorrer da campanha. Na terceira parte, analisaremos o segundo turno daquela eleição, destacando as modificações impressas em cada uma das estratégias de campanhas, bem como os rearranjos de acordos e alianças verificados. E por fim, são tecidos alguns apontamentos em termos de comentários finais, seguidos das referências.

OS MOMENTOS INICIAIS DO PLEITO DE 1994, O CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA POLÍTICA E O FENÔMENO CABO CAMATA.

*... as particularidades da ação dependem, em certa medida,
dos movimentos do adversário.*

Antônio Gramsci

Quando as articulações em torno das candidaturas majoritárias que concorreriam ao pleito de 1994 entraram na reta final, desconsiderando os *laranjas*^v, havia quatro postulantes confirmados na disputa: o candidato da *Frente Popular pela Cidadania*, Vitor Buaiz (PT/PSB/PC do B/PCB); Max Freitas Mauro, pela *Coligação Resistência Democrática* (PMN, PL, PPS, PRP, PSC); Rosilda de Freitas pelo PSDB; e, por último, havia Cabo Camata, concorrendo pela *Coligação União Social Trabalhista* (PSD, PT do B, PRN, PTBR).

As primeiras pesquisas de opinião confirmavam os candidatos do PT e do PMN como os favoritos. Em uma veiculada pelo Jornal *A Gazeta* no dia 19 de junho, Vitor aparecia na frente com 40,21% das preferências, seguido de Max com 18,14%. A grande surpresa foi o 3º colocado, o Deputado Cabo Camata com 7,43%, desbancando a Deputada Rose de Freitas (3,29%). Nas duas últimas posições, apareciam dois nomes: Enivaldo dos Anjos (PDT) com 2,57%, candidatura que não se consolidou, e José Maria Pimenta (PMDB), que era *laranja*, com 0,57%. Essa pesquisa também mostrou que, dentre os eleitores que já haviam definido seus votos, a preferência era também por Vitor - 65%. Na simulação estimulada não foi diferente, pois o ex-prefeito de Vitória também levava vantagem, com 55%. Segundo as pesquisas, portanto, o candidato petista estaria eleito já no 1º turno.

O clima era de grande otimismo em relação à campanha do candidato petista. Tudo levava a crer que Vitor venceria sem grandes dificuldades. Apesar disso, o candidato voltava a sofrer inúmeras críticas de tendências do próprio Partido dos Trabalhadores com as quais já tinha atritos, em maior ou menor grau, desde quando havia sido Prefeito de Vitória, entre os anos de 1989 e 1992, principalmente por conta do seu estilo moderado de governar e da sua aproximação com agrupamentos políticos externos ao campo da esquerda, como, por exemplo, o PSDB e o grupo da deputada Rita Camata.

De qualquer modo, nessas eleições, o candidato Vitor representava a esperança de alterar o quadro de grave crise econômica do Estado. Por conta do seu perfil sereno e equilibrado, não tinha dificuldades de circular em meio aos partidos de centro e centro-direita. Diante desse quadro de favoritismo, houve um certo afrouxamento da base do PT em relação à campanha, conforme se atesta no depoimento do próprio candidato e ex-governador Vitor^{vi}:

No primeiro turno o que aconteceu? O partido ficou acomodado numa postura política de quem já ia ganhar a eleição. Não só o partido, como a militância do partido e outros eleitores que certamente poderiam ter se envolvido mais na campanha. Os meus eleitores desde a Prefeitura poderiam ter se envolvido mais na campanha^{vii}.

Aproveitando desse clima de *já ganhou* e visando desacelerar o favoritismo de Vitor Buaiz, Max Mauro tratou logo de desqualificar a pesquisa realizada pelo *Instituto Futura*, acusando-a de ser atrelada ao PT. Inicialmente, acreditava-se que o maior concorrente de Vitor Buaiz no pleito seria o ex-governador Max Mauro que, desde quando deixara o Palácio Anchieta, vislumbrava o retorno. Max havia feito seu sucessor, Albuíno Azeredo (PDT), fato que contribuiu para manter no governo vários de seus correligionários, além de uma grande rede pessoas de sua órbita política em diversos órgãos da máquina estadual (REIS, 1994). Entretanto, contra ele pesavam alguns estigmas, que o prejudicavam grandemente. Dono de um estilo agressivo e vingativo de

fazer política, Max conquistara, no decorrer da vida, muitos desafetos, dentre os quais o próprio Senador Gerson Camata, o influente deputado Valci Ferreira com seu grupo político, além de um inimigo à época mais recente: o governador Albuíno Azeredo (REIS,1994).

O afastamento de Max do governo Albuíno teve início quando este passou por um processo de desgaste. A crise de relacionamento entre os dois foi agravada por vários outros desentendimentos e o definitivo rompimento se deu quando Albuíno levou para o governo outros dois inimigos políticos de Max: Theodorico Ferraço e Enivaldo dos Anjos (REIS, 1994). Assim, o ex-governador passou a competir contra uma gama de inimigos políticos que, naquele momento, representava muita força. Simultaneamente, foram veiculadas na mídia as pesquisas de opinião que mostravam grande ascensão de Cabo Camata, que já poderia ser considerado um candidato competitivo.

Existiram rumores, inclusive, de que a partir da ascensão do candidato do PSD nas pesquisas, o principal inimigo de Max, o Senador Gerson Camata, passou a jogar pesado junto ao pessoal de fora da Grande Vitória, pressionando as lideranças locais a apoiarem Cabo Camata. João Gualberto Vasconcellos, salienta que “mais tarde ficou claro que essa pressão incluía recursos financeiros, que teriam origem no patrimônio do Empresário Oswaldo Pastore, suplente do Senador. Essa ação começou a minar apoios obtidos por Vitor em várias cidades (VASCONCELOS, 1994, p. 68)”. O mesmo comportamento teve o então governador Albuíno Azeredo, que também investiu na candidatura Camata assim que ela começou a ganhar consistência. Desse modo, os principais inimigos políticos de Max Mauro também viam no crescimento do Cabo a possibilidade de tirá-lo do segundo turno, além de sepultá-lo politicamente em definitivo (VASCONCELOS, 1994).

Na campanha, Max Mauro (PMN) procurou, durante todo o tempo, polemizar, sem sucesso, com o Candidato Vitor Buaiz (PT), atitude que criou, inclusive, um clima muito desagradável, tanto no decorrer do processo eleitoral quanto depois dele, e acabou encurralando ainda mais o ex-governador, principalmente porque Vitor e Max tinham uma relação relativamente cordial, tanto é que chegou a ser ensaiada a formação de uma frente única para concorrer nesse pleito, desfeita quando Max não aceitou a idéia de concorrer ao Senado, justificando que somente ele tinha condições de vencer. Nos debates ocorridos na televisão durante o pleito, Mauro foi duro nas acusações contra Vitor, lançando mão de denúncias de irregularidades que teriam acontecido na Prefeitura de Vitória quando da desapropriação de terrenos, supostamente superfaturados.

Concomitantemente, começavam a se definir os contornos do *cenário de representação da política* desse pleito no Espírito Santo. E o tema que mais se tornava evidente era a questão da violência e da segurança pública, favorecendo o candidato Cabo Camata (PSD), que alardeava o suposto perigo de os bandidos cariocas se instalarem no Espírito Santo, onde já vinham promovendo assaltos a bancos e seqüestros, fugindo da repressão promovida pelo governo Brizola, que havia feito, inclusive, uso do Exército.

Independentemente do exagero do candidato do PSD, um relatório do Centro de defesa dos Direitos Humanos demonstrava importantes dados sobre o crescimento da violência no Espírito Santo. Com 264 homicídios registrados no ano de 1993, o Estado era apontado, proporcionalmente, como a unidade mais violenta do Brasil. A média de assassinatos era de um para cada dez mil habitantes, três vezes mais do que o Rio de Janeiro e nove vezes acima da estatística de Minas Gerais (REIS, 1994).

Esse cenário favoreceu grandemente a candidatura Cabo Camata que, desde o início, e ao contrário de Max, foi o candidato que mais comemorou o resultado da primeira pesquisa de opinião, pois não esperava pela terceira colocação, desbancando Rose de Freitas, nome já consolidado nos meios político-partidários capixabas.

Assim, cada caso de estupro, seqüestro ou morte que estourava era motivo de ânimo para sua campanha, pois a população via nele a solução para o problema. Quanto maior o número de crimes, maior a penetração do discurso de Camata junto à população. A temática acabou tomando uma proporção tamanha, que uma enorme parcela do eleitorado passou a reduzir os seus problemas aos bandidos e à criminalidade (REIS, 1994).

O quadro de violência do Estado fez disparar a candidatura Camata. O seu eleitorado era constituído por famílias que vieram da zona rural, embora parte já nascida na periferia da Grande Vitória. Em virtude da grave recessão econômica que o Brasil atravessava desde os anos 1980, houve um grande aumento do êxodo rural. A maior parte migrou para a Grande Vitória e, diante da incapacidade do mercado em absorvê-la, esse contingente populacional passou a atuar no setor informal. Segundo o cientista político João Gualberto Vasconcellos (1994, p. 42),

[...] submetidas a um quadro de permanente tensão social, largamente acentuada pelo aumento progressivo da violência e da inoperância policial, as massas urbanas dificilmente conseguem politizar, no sentido clássico da palavra, suas expectativas e demandas e dar a elas um tratamento mais racional. São mais passíveis de reagir pela emoção. Em termos eleitorais são mais facilmente captáveis seja pelo pequeno favor pessoal seja pelo grande discurso emocional. Discurso esse cujo grande veículo é a comunicação.

Dessa forma, Cabo Camata optou pelo discurso salvacionista, colocando-se como um candidato desvinculado das forças políticas então no poder, sem relações com o sistema político implantado, tal qual Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989, diferenciando-se dos outros candidatos, especialmente de Vitor e Max, que já haviam ocupado importantes espaços políticos no Espírito Santo.

Ao mesmo tempo, fazia uso de seu sobrenome *Camata* para herdar os votos do reconhecido Senador^{viii}. Segundo Vasconcellos, na primeira pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa do qual é presidente – o *Futura* –, ficou claro para os pesquisadores em campo que muitos dos que pretendiam votar no Cabo Camata o confundiam com o Senador. No segundo turno, em outra pesquisa realizada pelo mesmo instituto, 20% dos eleitores que declararam voto a Cabo Camata, admitiram tê-lo feito pensando tratar-se do Senador Gerson Camata (VASCONCELOS, 1994).

Com uma linguagem popular, palatável para as massas urbanas, Cabo Camata se apresentava como filho de um modesto produtor rural do norte do Espírito Santo, criado dentro dos padrões de uma família italiana, com fortes vínculos católicos e uma educação bastante rigorosa no que tange ao trabalho e a autoridade. Desde criança, segundo consta, ajudava o pai na lavoura. Ainda adolescente, deixou a casa paterna e transferiu-se para a capital capixaba, onde ocupou postos de trabalho pouco qualificados, como ajudante de oficina mecânica, dentre outros empregos, até ingressar na Polícia Militar.

Projetou-se politicamente como presidente da associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo, de onde saiu no governo Max Mauro (1987/1990)^{ix}. Como, nesse período, havia liderado forte movimento por melhorias para o segmento que representava, sua exclusão acabou projetando-o politicamente ainda mais (VASCONCELOS, 1994).

Em 1990, foi eleito deputado estadual pelo PSDB, com base nos votos obtidos junto a policiais militares. A fim de obter vantagens para a categoria e adquirir mais respaldo junto a ela, aproximou-se do governo Albuíno, cuja relação com o legislativo era marcada por altíssimo grau de pragmatismo. Desde o início e no decorrer do mandato, Cabo Camata demonstrou um temperamento explosivo, fato que lhe rendeu muitos problemas com a bancada e com a imprensa, especialmente quando fazia menção sobre seus métodos para resolver os problemas da segurança pública no Espírito Santo, sempre salientando e defendendo o uso da violência e intolerância em relação aos criminosos.

Essa postura intransigente e, até certo ponto, desequilibrada, acabou custando o seu afastamento do PSDB. Isso porque o jornal *Folha de São Paulo*, em uma matéria, fez uma relação direta entre Cabo Camata e Fernando Henrique Cardoso, à época pré-candidato tucano ao governo federal. Tal associação causou uma imediata resposta do núcleo dirigente do PSDB nacional, fato que, somado ao desentendimento surgido anteriormente com um companheiro de partido e de bancada – Deputado Ulisses Anders^x –, culminou com a exclusão de Camata do rol de filiados do PSDB (VASCONCELOS, 1994).

Já no processo eleitoral, Cabo Camata era responsável por apresentar as propostas mais mirabolantes e até certo ponto bizarras, tornando-se uma figura emblemática. Com isso, acabava caindo ainda mais no gosto do eleitorado mais pobre e desinformado. Com métodos severos, Cabo Camata preencheu magistralmente a imagem do político que se impõe pela autoridade, encarnando efetivamente o poder como nos tempos do autoritarismo do regime militar, “quando a polícia agia” (SHERER, 2005, p. 71), se enquadrando no imaginário afetivo do povo pobre, caracterizado por estar sujeito à tradição paternalista messiânica e autoritária.

Essa postura de homem corajoso e arrojado se casava muito bem com o *cenário de representação da política* construído nesse pleito, que se pautava, como já dito, no tema da violência e da segurança pública. Nesse aspecto, Cabo Camata era taxativo na suas declarações: “[...] quem praticar crimes hediondos em meu governo receberá o mesmo tratamento, seja o que for, e o estuprador será morto e vou mandá-lo para o “inferno” em defesa da família capixaba, como faria com a minha, em caso pessoal [...]”^{xi}.

E garantia conhecer todos os focos de bandidos do Espírito Santo e os locais por onde eles chegavam, pois, segundo ele, continuava na ativa, ao lado de ex-companheiros de farda da Polícia Militar e com a ajuda de policiais civis e militares. E sempre repetia o suposto risco de invasão de bandidos cariocas no estado.

No Rio de Janeiro, [...] as polícias militar, civil, federal e até o Exército, estão expulsando os marginais. Como o Espírito Santo é vizinho, eles vêm para cá. Nós vamos fechar os limites do Estado e dar um prazo de 24 horas para os marginais deixarem o Estado. Senão, não sai mais^{xii}.

Suas formas não muito convencionais de resolver os problemas da população, não se limitavam somente ao tema da segurança pública. Prometia também aumentar a arrecadação, a ponto de fazer uma reforma administrativa no estado e valorizar o salário do servidor público. Para melhor observar a arrecadação do fisco, tinha uma proposta inusitada: colocaria um funcionário para fiscalizar cada fiscal. Assim, segundo ele, um vigiaria o outro e o estado arrecadaria mais. E

garantia, de maneira veemente, que boa parte do imposto recolhido seria devolvida a população em forma de vales fiscais^{xiii}.

Na área da saúde, Cabo Camata apontava como prioridade a busca por verbas para a reativação dos leitos hospitalares. Caso faltassem recursos, dizia Camata, venderia, dentre outras propriedades públicas, a casa de praia de propriedade do governo, localizada na Praia da Costa, Vila Velha, e também a residência de inverno, de Santa Teresa, que chamava de esconderijo do Governador.

Além dessas propostas de governo, Cabo Camata prometia ainda investir na educação, que dizia não existir no estado, a não ser para os ricos, que reuniam condições de pagar uma instituição particular. Além disso, advogava a idéia de fechar a superintendência de comunicação do estado, pois, segundo ele, “[...] um governo que trabalha não precisa gastar dinheiro nos jornais e na TV para dizer que o Espírito Santo está cada vez melhor, quando, na verdade, está indo para o buraco [...]”^{xiv}.

A partir de toda essa explanação, endossamos a idéia João Gualberto Vasconcellos (1994, p. 48), quando argumenta que a

[...] campanha de Cabo Camata no primeiro turno foi um enorme sucesso. Foi sua capacidade de comunicação com as massas que produziu tal sucesso. Foi sua comunicação dirigida aos segmentos de menor renda e escolaridade que produziu isto. Mesmo os outros elementos de comunicação foram de bom impacto junto ao seu público alvo. Todas as peças eram simples e diretas, basicamente continham o nome de Camata em vermelho sobre o fundo branco, e mais nada.

O comportamento de Cabo Camata também foi pautado no denunciismo e na agressividade dirigida aos seus adversários, especialmente a Vitor Buaiz, que liderava as pesquisas. Afirmou, em diversas ocasiões, que a campanha do candidato petista estava sendo patrocinada pelo empresário Nahor Ferreira e pelo Grupo Itapemirim, aos quais Camata acusava de sonegadores de impostos, fato que levou Vitor a entrar na justiça contra o candidato do PSD para que provasse as acusações.

O CANDIDATO VITOR BUAIZ NO PROCESSO ELEITORAL DE 1994

Natural de Vitória, Vitor Buaiz é membro de uma ramificação daquela que está entre uma das mais prósperas famílias do Espírito Santo. Médico de carreira, formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, quando ingressou na universidade, em 1962, tendo exercido a Secretaria Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) entre os anos de 1964 e 1966. Na década de 1970, participou

ativamente na política sindical, militando na Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES) e, simultaneamente, na Associação Médica do Espírito Santo (AMES), da qual foi Secretário Geral. Além disso, contribuiu diretamente na fundação do Partido dos Trabalhadores no final dos anos 1970.

Desde o início de sua carreira política, Vitor Buaiz sempre se demonstrou adepto de uma linha mais moderada. Com postura de homem sério, dono de uma retórica pausada, formal e didática, era considerado o principal quadro do PT no estado. Foi credenciado por um mandato de deputado federal (1987/1988) e pela bem avaliada gestão à frente da Prefeitura Municipal de Vitória (1989/1992). Durante todo o período de campanha para governador, tentou rebater os ataques e as denúncias que lhe foram dirigidas, especialmente por Camata e Max e evitou o quanto pôde polemizar com os mesmos (Rosilda de Freitas não se comportou de forma tão agressiva). Vitor adotou a estratégia de direcionar sua fala para a apresentação de propostas de governo e sempre salientava a sua posição privilegiada nas pesquisas de opinião, fato que, segundo ele, demonstrava que a população estava mais amadurecida politicamente e havia assimilado o projeto político da Frente Unidade Popular.

No seu programa de governo, embora de maneira vaga, apontava a necessidade de um projeto alternativo ao neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo^{xv}. Para justificar, apresentava a dramática radiografia social do Espírito Santo: 710 mil pessoas em situação de extrema miséria, passando fome; mais de 400 mil analfabetos, mais de 250 desempregados, com 80% da população economicamente ativa recebendo até dois salários mínimos, déficit de mais de 140 mil moradias, sistema de educação, saúde e segurança em frangalhos, e aumento generalizado da violência, inclusive com o fortalecimento de grupos de extermínio^{xvi}.

Para resolver tais problemas, o candidato petista expunha o desejo e a necessidade de se construir, na prática, “um projeto democrático e popular com uma visão mais ampla de estado, e não uma visão específica de governo”^{xvii}. Apontava duas direções programáticas fundamentais: a distribuição de renda, com a criação de um forte mercado interno de massas; e o controle sobre os monopólios, com a inversão de prioridades para que fosse possível construir um outro modelo de desenvolvimento. Segundo seu programa de governo, isso seria viabilizado por intermédio da democratização do estado.

Essas duas grandes estratégias que foram apresentadas se desdobravam em cinco grandes eixos: 1) Inversão de prioridade para resgatar a enorme dívida social; 2) Construção de uma nova esfera pública, transparente e moralizada; 3) Apoio a setores produtivos (pequenos e médios

proprietários) na cidade e no campo; 4) Desconcentração do desenvolvimento sócio econômico do ES; 5) Descentralização político-administrativa^{xviii}.

Um dos aspectos mais importantes do programa de governo do candidato petista e que trouxe muitos problemas no contexto do governo era a questão da reforma do Estado, vista como algo que deveria ser realizado de forma sistemática:

O Estado tem que ser reformado permanentemente, a reforma do Estado não é só de um governo, a reforma administrativa. Todos os Estados devem seguir a risca essa orientação, de constatar onde é que estão os gargalos e tentar corrigir aquilo. Você vê que quando nós entramos, você tinha uma folha salarial que era quase igual à receita do Estado. Então nós tínhamos que tomar uma atitude^{xix}.

Embora defendendo, no campo do discurso, um governo democrático e popular, que representava uma alternativa ao neoliberalismo, a proposta de governo Vitor não escapava do cenário institucional a que estava submetida. Considerando outras propostas de governo apresentadas no pleito, pode-se dizer que havia muito claramente aspectos neoliberais em curso que implicavam a redefinição do planejamento governamental.

Segundo Roberto Garcia Simões (1994), assim como nos programas de governo de dois dos quatro candidatos ao governo - Max Mauro e Rose de Freitas – o programa de Vitor também fazia referências às câmaras setoriais associadas ao planejamento e à definição de estratégias de desenvolvimento. O texto apontava que, para realizar o projeto, o futuro governo petista conclamava

[...] todos os setores sociais para [...] auxiliarem nas metas do governo. Nosso governo será, portanto, um incentivador, um aglutinador dos diversos atores sociais e econômicos para a distribuição de renda e democratização do Estado, tendo como pressuposto básico o resgate de toda a dívida social acumulada [...]xx.

Algo muito parecido encontrava-se na proposta de governo *Mãos à obra Brasil*, do Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. No subitem da política industrial, estava previsto que “poderão ser adotadas políticas setoriais, formuladas e implantadas de forma tripartite, envolvendo o governo, os trabalhadores e os empresários” (SIMÕES, 1994, p. 23). Também na área econômica, integrava as *Bases do Programa de Governo* do 2º colocado no pleito presidencial, Luiz Ignácio Lula da Silva, a formulação de “fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais câmaras setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns” (SIMÕES, 1994, p. 21).

Observa-se uma clara padronização no que diz respeito às propostas políticas em direção ao centro do espectro político. Para Simões (1994), não resta dúvida de que essa tendência no

campo das políticas públicas deve ser entendida como parte integrante da agenda pós-transição política no que diz respeito à reforma do Estado e à redefinição da clássica relação Estado-sociedade^{xxi}, pois nos anos iniciais da década de 1990 já era notória uma grande alteração no

[...] comportamento de determinados setores do movimento empresarial e sindical e dos partidos políticos no tocante à proposição de políticas públicas, antes refratários a qualquer tipo de negociação e participação conjunta nos arranjos tripartites. Esta ampliação da postura política propositiva requer o estabelecimento de novas relações sociais, fundadas no “antagonismo convergente”, segundo expressão cunhada pelo Prof. Francisco de Oliveira. Trata-se de passar de uma relação conflitiva de anulação do outro para uma relação conflitiva de reconhecimento mútuo (era das estratégias cooperativas entre os agentes econômicos e sociais) (SIMÕES, 1994, p. 23).

Nas áreas da saúde e educação, Vitor Buaiz salientava a total ausência de compromisso político dos governantes em investir de forma prioritária nesses setores. Acenava constantemente para a necessidade de descentralização de recursos e decisões junto aos municípios para melhorar a eficiência. Mas, para isso, seria necessário estabelecer uma relação mais democrática com os poderes locais no que diz respeito a decisões sobre verbas, sobre participação no governo e sobre grandes opções estratégicas para o Estado. Concretamente, a proposta do candidato Vitor apontava a necessidade de se construir o orçamento participativo estadual tal como fizera quando prefeito de Município de Vitória, a implantação do orçamento regionalizado e a instituição das micro-regiões^{xxii}.

Estratégica apontada constantemente pelo candidato, apesar de sempre desautorizado pelo partido, era de buscar a construção de um governo pautado em uma coalizão. Em uma dessas ocasiões, como, por exemplo, no contexto da aproximação com a deputada Rita Camata (PMDB), afirmou que ela ocorreu por conta das afinidades existentes desde os tempos em que haviam atuado juntos na Assembléia Nacional Constituinte e que outros apoios também eram bem vindos. Apesar de tal afirmativa não se tratar de nenhum absurdo, consideramos mais convincente outra explicação dada pelo próprio candidato Vitor Buaiz, ao salientar que sua proposta era no “sentido de manter a relação entre Executivo e Legislativo através das bancadas partidárias e não com parlamentares de forma isolada”, queria, portanto, “evitar ficar refém dos deputados”^{xxiii}. Esse pensamento do candidato explica a sua aproximação de segmentos do PMDB e do PSDB. Essa defesa da coalizão foi um elemento gerador de muitos conflitos entre Vitor Buaiz e seu partido, tema que não será aqui abordado face às limitações deste trabalho.

Quanto ao prenúncio de risco em se tornar refém dos deputados, já no exercício do governo tal prognóstico parece ter se confirmado: Vitor teve muitos problemas com o legislativo capixaba, a ponto de quase ter sido impossibilitado de governar, ante o grau de corrupção e fisiologismo a que chegou a Assembléia Legislativa^{xxiv}.

Diante de toda essa ordem de coisas, o cenário eleitoral, apesar de ainda dominado pelo candidato petista, começou a sofrer alterações importantes a partir do mês de setembro, com o crescimento significativo da candidatura Camata em detrimento dos demais, que permaneceram praticamente estáticos.

Camata era considerado um candidato desacreditado antes e no início do pleito. Segundo Perly Cipriano,

O Cabo Camata é um fenômeno! Cabo Camata se lança candidato a governador porque, segundo as avaliações, ele não tinha condições de se [re]eleger deputado. Ele se lança sem programa nenhum, apenas dizendo que ia usar a gurugumba para combater os bandidos e os corruptos e um tempo de televisão muito pequeno, mas ele bateu naquela mesma tecla da gurugumba, um discurso seco, direto e teve a Polícia Militar como um grande cabo eleitoral, a maioria dos lugares que tinham policiais eram verdadeiros comitês eleitorais [...]^{xxv}.

Assim, já na primeira pesquisa, desponta uma surpresa, ao aparecer em terceiro lugar, desbancando a candidata Rose de Freitas, nome de maior projeção. No decorrer da campanha, os índices foram crescendo e, com seus 27,53% dos votos válidos, Camata acabou surpreendendo e chegou ao segundo turno com Vitor Buaiz (PT), que foi o primeiro colocado com 46,43%. O candidato Max Mauro (PMN) acabou em terceiro com 9,83% dos votos, quase empatado com a candidata tucana Rose de Freitas, que teve 9,72% dos votos (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1994 – 1º Turno.

<i>Candidato</i>	<i>Partido</i>	<i>Nº de votos</i>	<i>%</i>	<i>Votos Válidos (%)</i>
<i>Vitor Buaiz</i>	PT	495.948	35,02	46,63
<i>Dejair Camata</i>	PSD	290.677	20,53	27,33
<i>Max Freitas Mauro</i>	PMN	139.262	9,83	13,09
<i>Rosilda de Freitas</i>	PSDB	137.666	9,72	12,94
<i>Votos Brancos</i>	-	256.076	18,08	-
<i>Votos Nulos</i>	-	96.181	6,79	-
<i>Total de Votos Válidos</i>		<i>1.063.533</i>	<i>-</i>	<i>100</i>
<i>Total de Votos apurados</i>		<i>1.415.810</i>	<i>100</i>	<i>-</i>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo)

Além da questão relacionada à violência e à segurança pública, que configuraram o cenário da representação da política no pleito de 1994, algo que foi muito bem explorado por Camata,

vários outros fatores contribuíram para que ele conseguisse chegar ao segundo turno: o voto de protesto, ou seja, voto daqueles eleitores que procuram não votar em nenhum político notável, efeito muito similar ao que ocorreu com o candidato Enéas Carneiro, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) em várias eleições; a aglutinação de várias importantes lideranças dispostas a impor uma derrota vista como vergonhosa ao Candidato Max e os conseqüentes apoios de vários prefeitos do interior. Somando-se a isso, não se pode desconsiderar o elemento chave na candidatura de Cabo Camata: a sua enorme capacidade de comunicação com as massas empobrecidas. Segundo Vasconcellos (1994, p. 47),

[...] Seu vocabulário simples, seus atropelos no português, sua visão simplória do mundo, o tornaram um fenômeno de comunicação. Sem recursos financeiros para fazer uma campanha mais sofisticada, gravou seus programas para o horário gratuito do TRE sozinho, em conversa direta com o eleitor. Era o Cabo Camata e a câmara de televisão. Os temas não variavam muito, mas eram todos de forte apelo popular. Sua presença nos debates era o tom mais original deles. Ora prometendo ações de implementação pouco provável, como dar uma surra pública nos secretários que fossem flagrados em atos de corrupção e ora ironizando os presentes, como fez com Vitor Buaiz ao acusá-lo de promover festinhas com bolinhos e uísque pago pela municipalidade, ele [...] ganhou a preferência dos eleitores mais simples e dos mais descrentes com os políticos tradicionais.

O SEGUNDO TURNO

No segundo turno, foram feitas algumas pequenas alterações na estratégia de comunicação na candidatura Camata^{xxvi}. Foi corroborada a imagem do candidato distante dos grandes centros políticos, e de “homem simples do povo que fala a sua língua, que pensa e sofre com o povo e que tinha, portanto, capacidade para entendê-lo e dar soluções simples e diretas aos seus problemas” (VASCONCELOS, 1994, p. 48).

Com o objetivo de ampliar o lastro de eleitores, tentou-se também, mesmo que sutilmente, atenuar o seu discurso com o intuito de desvinculá-lo da idéia de violência, de policial perverso, que provavelmente seu adversário exploraria. Nos programas exibidos no segundo turno, Cabo Camata apareceu em diversas ocasiões ao lado de sua esposa, da família, ou na praia brincando com as crianças (VASCONCELOS, 1994). Mas os eixos gerais da campanha foram mantidos.

O mesmo não aconteceu com Vitor Buaiz. Com a data das eleições se aproximando, e a distância do segundo colocado diminuindo a cada dia, era necessário algo a mais para reverter aquela situação, que certamente conduziria Cabo Camata à vitória.

Uma das preocupações do comando de campanha^{xxvii} do candidato petista era com o próprio candidato Vitor. Optou-se pela estratégia de bater duro em Camata, com o objetivo de fazer o

candidato da Coligação União Trabalhista se tornar vítima do seu próprio veneno. A idéia era dar ênfase nas críticas às suas propostas do uso da extrema violência para garantir a segurança pública. Segundo Vasconcellos, “o cabo passava uma imagem de homem valente e decidido, que lhe garantia bons votos na periferia das grandes cidades, especialmente entre as classes D e E” (VASCONCELOS, 1994, p. 20). Era necessário inverter essa imagem e demonstrar que o cabo era, na verdade “um mentiroso e que, ao contrário de valente, era um covarde” (VASCONCELOS, 1994, p. 20). Nesse sentido, foram produzidos diversos programas de televisão que, segundo Rogério Medeiros, foram decisivos para a campanha, pois foi se

[...] desmontando essa figura do Camata de ser um homem que vinha para acabar com o banditismo no Espírito Santo, jogando a figura do Hitler e mostrando no que resultou o Hitler, e o Camata era um homem que se apresentava, que não tinha nada, ele faria a justiça, então você muda e começa a mostrar [...] ele criou uns fatos e [...] acabou por diminuir a força dele, como por exemplo, ele queimou uma pessoa, ele tinha queimado uma pessoa no eucalipto lá na região norte e se mostrou aquilo e mostrou o que ele poderia fazer.^{xxviii}

Mas a tarefa de partir para a agressão implacável e intransigente contra o adversário, esbarrava no perfil do candidato Vitor, visto como um homem da democracia e do diálogo. Do outro lado, havia o Candidato Camata, ágil nas palavras, “esperto nas respostas e sem limites na imaginação, elementos que poderiam causar muita irritação em Vitor Buaiz” no debate que ocorreria no dia 06 de novembro de 1994. Dessa forma, o candidato do PT poderia levar a pior no confronto na televisão. Diante dessas dificuldades, o comitê de campanha acabou voltando atrás e decidiu que Vitor deveria bater em Camata, mas sem deixar de se comportar da maneira equilibrada que lhe era habitual. O resultado não poderia ter sido melhor:

[...] o candidato foi duro na essência, mas ameno e quase professoral na forma. Encurralou o adversário, que apesar da grande presença de espírito e uma dose imensa de cinismo usada para explicar o inexplicável, não conseguiu esconder o nervosismo. [...] A performance agradou a direção da campanha, mas soou nos ouvidos dos eleitores como uma nota destoante, porque a ofensiva que todos esperavam do adversário partiu de Vitor. Ele bateu sem alterar a voz, mas bateu. Questionou o adversário sobre a emissão de cheque sem fundo, confissão de extermínio de bandidos, que teria sido feita no plenário da Assembléia, invasão de terras de parentes, fornecimento de armas para bandidos e ligações com o crime organizado (VASCONCELOS, 1994, p. 21).

Mas as providências do candidato do PT não se limitaram ao campo do discurso. Como normalmente ocorre em situações do gênero, cada candidato tratou de buscar apoio nos mais diversos setores da sociedade para superar o adversário. Enquanto Camata começava a receber apoio financeiro de grupos empresariais do Estado, do setor de exportação em especial, e de políticos como o Deputado Marcos Madureira e Valci Ferreira, políticos muito influentes naquele momento, Vitor Buaiz agregou apoios dos mais variados setores. O mais polêmico, controverso e responsável por gerar muitos constrangimentos em seu partido, veio do PSDB e do

recém-eleito Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que declarou apoio a Vitor^{xxix} produzindo, inclusive, uma mensagem que foi exibida em seu horário eleitoral gratuito.

Diante da tendência de crescimento de seu adversário, Vitor teve que buscar o apoio do PSDB, até pelos laços já estabelecidos com o então prefeito de Vitória Paulo Hartung, que consigo, trouxe muitos outros apoiadores. “A candidata derrotada Rosilda de Freitas elaborou o texto do compromisso que seria assinado por ela e por Vitor, com os princípios que o PSDB queria ver aplicados no caso de eleição do candidato” (REIS, 1994, p. 85). O grande problema é que os dois partidos – PSDB e PT – que no âmbito da fundação do partido tucano, chegaram a ensaiar uma aliança, davam mostras de que protagonizariam como rivais o cenário político-eleitoral das décadas seguintes. A própria campanha de 1994 já demonstrou isso, pois houve uma forte polarização entre Lula e FHC. Além disso, a conversa entre Vitor e o presidente eleito FHC foi articulada e materializada sem um debate interno amplo no PT, até porque foi feita às pressas, ante a necessidade de reverter o quadro eleitoral, antes que fosse tarde demais. Dissidências não se manifestaram por ocasião do risco em enfraquecer Vitor Buaiz e levar a vitória de Camata, mas o episódio foi também um prenúncio do que ocorreria mais tarde: fortes conflitos internos no Partido dos Trabalhadores que se reproduziram no governo.

Outra adesão importante à campanha Vitor foi do PDT, dirigido por Rômulo Penina, ex-Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que, em desobediência ao indicativo do Governador Albuíno, também apoiou o candidato da *Frente União Popular pela Cidadania*, trazendo consigo boa parte dos pedetistas.

O PMDB, que não lançara candidato nas eleições majoritárias no primeiro turno, e que havia liberado suas bases para apoiarem os candidatos de suas preferências, acabou formalizando o apoio a Vitor no segundo turno. Quanto ao Senador Gerson Camata, continuou sem oficializar apoio a um dos candidatos.

Segundo pesquisas divulgadas a poucos dias do segundo turno, a linha de ascendência do Candidato Cabo Camata atingiria a de Vitor Buaiz, demonstrando que as providências tomadas pelo candidato do PT ainda não haviam surtido os efeitos desejados. No dia 4 de novembro de 1994, o Jornal do Brasil publicaria a pesquisa do Instituto *Vox Populi*, dando pela primeira vez a vantagem a Camata.

O que poderia significar o início do desespero para o candidato petista, acabou, segundo Vasconcellos, colaborando com a candidatura do PT, pois quando ocorreu o encontro das linhas

dos candidatos, os partidários de Camata festejaram muito o resultado, agindo exatamente da maneira como seus adversários esperavam, criando um clima de *já ganhou*:

Do lado de Vitor, o episódio serviu para mobilizar a sociedade civil organizada, em defesa da vida, como se divulgou em inúmeras notas de apoio. O fato ainda forçou a militância dos partidos da Frente Unidade Popular a ir para as ruas. Mesmo as bases do PT, que haviam cruzado os braços por não concordarem com as alianças feitas pela Frente, arregaçaram as mangas e foram pedir votos (VASCONCELOS, 1994, p. 68)^{xxx}.

Esse clima de possibilidade de vitória de Cabo Camata e o risco de institucionalizar a violência no Espírito Santo proporcionaram uma espécie de união de todos em favor de Vitor Buaiz, culminando com uma reviravolta no cenário eleitoral, garantindo a primeira vitória do PT em eleições para governador, ao lado do Distrito Federal, com Cristóvam Buarque. Vitor venceu com 55,48% dos votos, enquanto Cabo Camata obteve a preferência de 44,52% dos eleitores.

Tabela 2 - Resultado das eleições para governador – 1994 – 2º Turno

<i>Candidato</i>	<i>Partido</i>	<i>Nº de Votos</i>	<i>%</i>	<i>Votos Válidos (%)</i>
Vitor Buaiz	PT	669.533	50,93	55,48
Dejair Camata	PSD	537.051	40,85	44,52
Votos Brancos	-	11.226	0,85	-
Votos Nulos	-	96.653	7,35	-
Total de Votos Válidos		1.206.584	-	100
Total de Votos apurados		1.314.463	100	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da mobilização e dos apoios em torno do nome de Vitor Buaiz e do relaxamento da campanha Camata ante o favoritismo, qual seria o principal fator que teria contribuído para a virada na campanha do candidato petista? Teria sido realmente necessária a visita feita por Vitor ao presidente eleito Fernando Henrique Cardoso? De acordo com os tucanos, a resposta é positiva, a visita a FHC foi um elemento providencial. Para a jornalista e publicitária da campanha do candidato petista, entretanto, o principal fator da virada foi a produção e veiculação dos programas do horário eleitoral que faziam paralelo entre Hitler e Camata^{xxxi}.

Segundo a opinião consensual dos entrevistados por ocasião da pesquisa para a confecção da já mencionada dissertação de mestrado - Brice Bragato, Vitor Buaiz, Rogério Medeiros e Perly Cipriano - não se pode apontar apenas um fator como determinante na vitória nas eleições de 1994, todas as articulações e movimentações foram cruciais para assegurar a vitória de Vitor Buaiz. Para tanto, observemos o depoimento de Vitor Buaiz:

[...] Então foi uma campanha muito difícil. No primeiro turno eu falei pra você que a militância, que os movimentos de igreja, ficaram um pouco acomodados, pensando que já tava ganhando, [...] no segundo turno eles tiveram que entrar em campo e ir catando voto a voto. Além disso, eu tive o apoio do Fernando Henrique, o PSDB articulou esse apoio, a mídia nacional, com editoriais quase que diários, quer dizer, editoriais frequentes dizendo que era uma ameaça muito grande ao Estado do Espírito Santo se o candidato Cabo Camata fosse eleito, todo mundo já conhecia a história [...] deputados eleitos que me davam apoio, que fizeram comitês eleitorais nos seus municípios e se não fosse isso, mais o apoio do Fernando Henrique, o apoio da Igreja Católica, o Bispo soltou uma nota dizendo que a Igreja não concordava com aquele que defendia a violência e a morte, não é? [...], eu tinha perdido a eleição^{xxxii}.

Portanto, o aspecto que contribuiu decisivamente para a vitória de Vitor Buaiz, foi a rearticulação de forças diversas em seu favor, o que favoreceu, dentre outras coisas, a sua melhor penetração no interior. Conforme podemos averiguar nas tabelas abaixo, houve uma inversão dos votos obtidos pelos dois candidatos no interior e na Grande Vitória.

Tabela 3 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do ES, entre Grande Vitória e Interior - 1º Turno - 1994.

<i>Candidato</i>	<i>Grande Vitória</i>		<i>Interior</i>		<i>GV + Interior</i>	
<i>Vitor Buaiz</i>	261.795	53%	234.589	47%	495.948	100%
<i>Djair Camata</i>	110.857	38%	179.820	62%	290.677	100%
<i>Max Mauro</i>	60.741	44%	78.521	56%	139.262	100%
<i>Rosilda de Freitas</i>	43.845	32%	93.821	68%	137.666	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES.

Tabela 4 - Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e Interior – 2º Turno - 1994.

<i>Candidato</i>	<i>Grande Vitória</i>		<i>Interior</i>		<i>GV + Interior</i>	
<i>Vitor Buaiz</i>	296.669	44%	372.864	56%	669.533	100%
<i>Djair Camata</i>	228.827	43%	308.224	57%	537.051	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES.

No primeiro turno, Camata obteve 62% dos votos no interior, contra 47% do candidato petista. No segundo turno, a coisa se inverteu: Vitor, apesar de quase empatar em número de votos na região metropolitana, aumentou sua margem de votos fora da Grande vitória, alcançando 56%. Já Cabo Camata encolheu sua margem no interior, passou de 62% para 57%.

Podemos perceber que há uma profunda relação entre os sucessos dos candidatos nos dois turnos e o bom desempenho no interior. Esses dados parecem confirmar a hipótese de que, para vencer eleições majoritárias no estado do Espírito Santo, é imprescindível uma expressiva votação no

interior, a qual se adquire com uma forte articulação com os líderes locais. Caso contrário a vitória fica muito dificultada.

Apesar de derrotado, os saldos dessa Campanha para o candidato Cabo Camata não foram ruins. Nas eleições municipais seguintes, candidatou-se a Prefeito do Município de Cariacica^{xxxiii}, onde no pleito de 1994 perdera por apenas 39 votos para Vitor. Saiu vencedor, mas não chegou a concluir seu mandato, pois veio a falecer em um misterioso e controvertido acidente automobilístico em 2000, às vésperas de depor na CPI do narcotráfico, na qual dizia que “iria entregar muita gente”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. Pesquisa de Opinião e cenário de representação da política. Brasília, *Revista Comunicação & Política/UNB*, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/jorge2001.pdf>. Acesso 12 de fevereiro de 2008.

BRAGATO, Brice. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

BUAIZ, Vitor. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

CIPRIANO, Perly. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

MANHANELLI, Carlos A. *Estratégias eleitorais: marketing político*. São Paulo: Sumus, 1988.
MANHANELLI, Carlos A. *Estratégias eleitorais: marketing político*. São Paulo: Sumus, 1988.

MEDEIROS, Rogério Sarlo de. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008.

REIS, Jonas. *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. *Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 22, p. 25-43. 2004.

RUBIM, Antônio Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SCHERER, Canício. *Entre a utopia e a Realidade: tensões e conflitos entre PT e Vitor Buaiz (1995-1998)*, 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SIMÕES, Roberto Garcia. Câmaras Setoriais e Planejamento. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, Ano VII, n. 01, p. 21-25, 1994.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. In. REIS, Jonas (Org.). *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994, p. 39-51.

ⁱ O presente artigo é parte integrante da minha dissertação de mestrado defendida em 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, com o título “*Desempenho Político Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*”, sob a orientação do Prof. Dr. Valter Pires Pereira.

ⁱⁱ Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES, e Doutorando em Ciência Política – UFSCAR.

ⁱⁱⁱ São profissionais que chegam antes do candidato aos locais de visita para organizar a imprensa, verificar a segurança, preparar a estrutura física, dentre outros trabalhos.

^{iv} Foge dos propósitos deste trabalho adentrar no debate acerca da questão da opinião pública. Para maiores esclarecimentos ver: ALMEIDA, Jorge. *Marketing político: hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002.

^v PARTIDOS registram vários laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 11 jun. 1994. É importante registrar que chegando ao término da data limite de registro dos concorrentes, não havia ainda um quadro totalmente definitivo. Assim, as agremiações partidárias encontraram um artifício para burlar os prazos estabelecidos pelo TRE. Trata-se das candidaturas *laranjas*. Ou seja, registrava-se qualquer candidato com a documentação incompleta, o que permitia a sua impugnação e a sua possível substituição por outro nome. Com a utilização desse expediente, os partidos poderiam buscar novos diálogos, novas alianças, e quiçá, um nome de maior peso, enquanto o processo tramitava. Esse mecanismo foi utilizado pelo PMDB, que registrou José Maria Pimenta ao governo, quando ainda tinha esperança de lançar candidatura própria. O mesmo ocorreu com as candidaturas do PTB/PDT para o Senado que indicaram os descartáveis Jolimar Melmeri e Regina Schneider, que guardavam vagas para candidatos mais fortes, como Theodorico de Assis Ferraço, que ainda se articulava. Assim ocorreu com o lançamento de Tadeu Batista para o Senado pelo PSDB, que guardava a vaga para sua aliada Rose de Freitas caso esta desistisse de concorrer à governadoria estadual, só para citar alguns exemplos.

^{vi} Esta entrevista do ex-governador Vitor Buaiz, mais as de Perly Cipriano, Brice Bragato e Rogério Medeiros, importantes quadros fundadores do PT no estado do Espírito Santo, estão anexadas na íntegra em um dos apêndices da minha dissertação de mestrado já referida.

^{vii} BUAIZ, Vitor. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

^{viii} O próprio candidato Cabo Camata manifestou, em algumas ocasiões, a possibilidade de tirar proveito do seu sobrenome. Uma delas aparece na matéria: PARTIDOS se articulam mas não definem candidatos: Laranjas. *A Gazeta*, p. 02, 05 jun. 1994.

^{ix} *Revista Capixaba Agora*, Vitória, p.05 - 15 Dez. 1997. Ano I – Número 1. Nesse periódico, em longa entrevista concedida aos jornalistas Tinoco dos Anjos, Milson Henriques e Alexandre Caetano, Cabo Camata revela aspectos importantes de sua trajetória política, além de outras importantes revelações.

^x Esse episódio levou o deputado Cabo Camata a prometer dar uma surra em Ulisses Anders com gurugumba, situação que foi alvo de muitas chacotas na época. E o uso da tal gurugumba acabou se tornando uma das principais marcas do candidato.

^{xi} CABO Camata promete exterminar criminosos. *A Gazeta*, p. 02, 10 set. 1994; CAMATA defende pena de morte para corruptos. *A Gazeta*, p. 03, 02 set. 1994.

^{xii} CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

^{xiii} CABO Camata promete devolver a arrecadação. *A Gazeta*, p. 02, 19 set. 1994.

^{xiv} CANDIDATOS a governados tem solução para tudo, *A Gazeta*, p. 03, 04 set. 1994.

^{xv} PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. *Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores*. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, 27 Dez. 1993.

^{xvi} PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. *Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores*. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 01, 27 Dez. 1993.

^{xvii} PARTIDOS DOS TRABALHADORES. *Bases para um Programa de Governo: encontros com a sociedade civil*, Vitória, p. 04 nov. 1993.

^{xviii} PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. *Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores*. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 02, 27 Dez. 1993.

^{xix} BUAIZ, Vitor. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

^{xx} PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. *Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores*. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 02, 27 Dez. 1993.

^{xxi} Essa proposta de reforma do Estado será, durante o governo, um dos principais pontos de pauta, e o assunto representará também o maior pomo de discórdia entre governo e partido.

^{xxii} PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. *Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores*. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 04, 27 Dez. 1993.

^{xxiii} PETISTA afirma que PMDB participará do governo. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994; COALIZÃO. *A Gazeta*, p. 02, 15 jun. 1994.

^{xxiv} Acerca dos governos de coalizão de Vitor Buaiz (1995/1998) e José Ignácio Ferreira (1999/2002), ver: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano*. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

^{xxv} CIPRIANO, Perly. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio. 2008.

^{xxvi} O responsável pela coordenação da campanha de Cabo Camata foi Antônio Cabral Neto, que foi também um dos seus principais assessores quando o mesmo foi Prefeito do Município de Cariacica (1997/2000).

^{xxvii} Importante destacar que a publicitária responsável pela campanha de Vitor Buaiz no pleito foi Elizabeth Rodrigues, uma das mais conhecidas e requisitadas profissionais do ramo de marketing político do Estado do Espírito Santo.

^{xxviii} MEDEIROS, Rogério Sarlo de. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008.

^{xxix} A respeito das articulações visando o encontro entre Vitor Buaiz e FHC, ver: REIS, Jonas. *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Editora Nemar, 1994.

^{xxx} VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. In: REIS, Jonas (Org.). *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994, p. 39-51, pp.68.

^{xxxi} A idéia do programa teria partido do jornalista e cineasta Amylton de Almeida, que trabalhou em sua montagem junto com a responsável pela campanha de Vitor Buaiz no horário de propaganda política na televisão, a também jornalista Beth Rodrigues.

^{xxxii} BUAIZ, Vitor. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 mai. 2008.

^{xxxiii} Cariacica é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, ao lado da capital Vitória, Serra, Vila Velha e Viana. A estes, foram integrados à Grande Vitória na atual década, os municípios de Fundão e Guarapari.